

Capítulo 4

PERSPECTIVAS E IMPASSES NA ELABORAÇÃO DE UM PPP ANTIRRACISTA EM INSTITUIÇÕES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM (MG)

Áquila Bruno Miranda
Cristina Carla Sacramento
Thaís dos Santos Domingos

A decorative graphic at the bottom of the page consisting of several overlapping, wavy bands of varying shades of gray, creating a sense of movement and depth.

O compromisso com a educação das relações étnico-raciais tem orientado a atuação do Movimento Negro no Brasil, historicamente, e reverberado na elaboração de políticas de ações afirmativas, como a Lei 10.639/2003. Nesse sentido, a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, busca mobilizar ações voltadas para a

divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (BRASIL, 2004, p. 31).

Considerando a importância de somar esforços no processo de implementação da referida Lei, o presente capítulo apresenta uma síntese de um percurso formativo, cujo objetivo foi mobilizar reflexões sobre o PPP, em diálogo com epistemologias negras. Trata-se de uma pesquisa que teve por colaboradoras(es) docentes e gestores de escolas municipais da rede de ensino de Contagem e representantes da Secretaria de Educação do município (SEDUC).

A pesquisa foi orientada pela metodologia da pesquisa-ação, que se propõe a pensar a realidade

estudada a partir da colaboração entre a equipe de pesquisadores e o grupo de referência. Nessa abordagem, os atores envolvidos assumem uma posição implicada diante da instituição estudada e dos saberes produzidos, uma vez que o conhecimento elaborado será resultado, conforme Franco (2005, p. 488) da “integração dialética entre o sujeito e sua existência; entre fatos e valores; entre pensamento e ação; e entre pesquisador e pesquisado.”

A aproximação entre o universo pesquisado e o pesquisador anula a postura de neutralidade e de controle das contingências defendida pelas epistemologias positivistas. Desse modo, a imprevisibilidade é um elemento central para a pesquisa-ação. Essa perspectiva representa uma abertura para as novas pactuações e ressignificações vividas, sempre no coletivo, durante o processo da pesquisa (FRANCO, 2005).

Cabe ressaltar que, para Franco (2005), a pesquisa-ação caracteriza-se como um método eminentemente pedagógico, uma vez que a produção do conhecimento é orientada por princípios éticos que tornam o ato de pesquisar uma prática formativa e de emancipação dos sujeitos envolvidos. Nessa perspectiva, a fim de cumprir com os objetivos da pesquisa, a metodologia foi organizada a partir de duas dinâmicas, que mantiveram

estreito diálogo ao longo de sua execução: a primeira constou de encontros formativos mensais, que buscavam problematizar o PPP das instituições representadas, a partir das epistemologias antirracistas e a segunda, no âmbito do Grupo de pesquisa Formação de Professores e Relações Étnico Raciais e Alteridade também se estruturou a partir de encontros mensais e possibilitou a socialização das pesquisas desenvolvidas por integrantes do Comitê gestor, em diálogo com o PPP e a educação antirracista.

Considerando a situação de isolamento social, em função da pandemia da COVID-19, todas as atividades foram realizadas remotamente, por meio de videoconferência (Google Meet). Em todas elas, o propósito foi possibilitar que os(as) colaboradores(as) conhecessem as epistemologias antirracistas que subsidiaram as reflexões sobre o PPP e suas práticas pedagógicas.

Todas as atividades realizadas foram analisadas pelo coordenador e pelas pesquisadoras especialistas, a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2003), além da avaliação contínua, realizada ao longo da pesquisa, junto às/aos participantes (equipe proponente, professoras(es) colaboradoras(es) e a Secretaria de Educação de Contagem). As ações foram organizadas em quatro etapas, nas quais se pretendia debater os estudos

desenvolvidos pelas feministas negras, em interlocução com a realidade concreta das instituições escolares, conforme descrito a seguir:

1ª etapa da Pesquisa-ação: Diagnóstico e reconhecimento das epistemologias que embasam o PPP, em diálogo com as epistemologias antirracistas;

2ª etapa da Pesquisa-ação: Produção e troca de saberes a partir de epistemologias antirracistas;

3ª etapa da Pesquisa-ação: A produção de práticas antirracistas nos territórios escolares, culminando no conjunto de propostas pedagógicas apresentadas no presente livro;

4ª etapa da Pesquisa-ação: Conscientização das novas dinâmicas compreensivas: compartilhando práticas antirracistas. Nessa última etapa, os produtos da pesquisa serão compartilhados com a Secretaria de Educação de Contagem, por meio de um Seminário, que ocorrerá no mês de abril de 2022, e contará com a presença do Comitê Gestor, das(os) colaboradoras(es) e de servidoras(es) da rede municipal de Educação de Contagem. Tendo em vista que, dados os limites da pesquisa, foi necessário um processo seletivo para colaboradoras(es). O propósito do Seminário é compartilhar o trabalho desenvolvido com o maior número de professoras(es) e gestoras(es) possível, num

convite para dar continuidade às ações e parcerias futuras.

Este capítulo apresenta as análises e reflexões das duas primeiras etapas e se organiza da seguinte forma: no primeiro tópico são apresentadas as análises dos encontros formativos, momento em que o grupo foi estimulado a refletir sobre o lugar ocupado pelo PPP nas instituições escolares onde atuam e sobre quais são as epistemologias que embasam os PPP's.

No segundo tópico, apresenta-se a síntese dos debates realizados junto às(aos) colaboradoras(es), no sentido de pensarem novas perspectivas acerca do PPP, incluindo o questionamento sobre quais saberes poderiam ser construídos a partir da problematização do documento. O convite às reflexões foi feito a partir de epistemologias feministas negras e antirracistas. O percurso metodológico, a organização dos encontros e o diálogo feito com as epistemologias negras, são temas trazidos ao longo deste texto, bem como a elaboração das práticas antirracistas pelos(as) colaboradores(as), em diálogo com as práticas já presentes nos territórios de cada instituição, o que será apresentado neste livro.

Os desafios para transgredir as fronteiras para a construção de um PPP orientado por uma educação antirracista

Na primeira etapa da pesquisa, intitulada “Diagnóstico e reconhecimento das epistemologias que embasam o PPP em diálogo com as epistemologias antirracistas”, buscou-se responder à seguinte questão: “Quais são as epistemologias que embasam os PPP’s?”. Orientadas por essa questão foram construídos junto com as(os) colaboradoras(es), espaços de diálogo por meio de um formulário e dos elementos mobilizados nos encontros de formação e no grupo de pesquisa. É importante destacar que, segundo Veiga (1999, p. 1-2),

Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente (...) O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

Tendo em vista essa definição, que orientou a pesquisa realizada, destaca-se que o PPP aqui é compreendido não apenas como um instrumento que estrutura as ações da escola, mas também um diagnóstico que revela de que forma os interesses individuais e coletivos são pensados e acionados para a construção das práticas pedagógicas e para a superação das desigualdades sociais. Nesse sentido, a partir das provocações das feministas negras, cabe questionar: Quais intencionalidades estão sendo defendidas/construídas pelo PPP? Quais sujeitos estão traçando os rumos/direção do processo de ensino/aprendizagem e das relações estabelecidas na escola? Qual projeto político a escola está defendendo?

Os dados evidenciaram uma ausência de condições favoráveis no que diz respeito à construção e fortalecimento do PPP nas instituições escolares. Dos nove questionários respondidos, seis apontaram para a existência de um PPP na instituição, sendo todos elaborados no ano de 2016, enquanto dois informaram que as instituições estavam em processo de elaboração do documento e uma ainda não o possuía. Nesse sentido, coube problematizar, de que forma as instituições se organizavam diante da ausência do PPP, entendendo que sua construção está relacionada com a elaboração do trabalho pedagógico das escolas (VEIGA, 1999).

Segundo as/os colaboradoras/es, a dificuldade de organizar o trabalho escolar em diálogo com o PPP se justifica pelo fato de já haver, no início do ano letivo, a prescrição do calendário escolar, que determina inúmeras atividades a serem desenvolvidas. Arelada a isso, a ausência de espaços para o planejamento coletivo do PPP torna-se um impeditivo para a apropriação e construção de “um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade” (VEIGA, 1999, p. 2).

A dificuldade de organizar o trabalho na escola em diálogo com o PPP, a prescrição do calendário escolar e a ausência de espaço de planejamento tensionam as temporalidades da escola, o que resulta em distanciamentos para a construção e efetivação do PPP. De acordo com as(os) colaboradoras(es) também há a sensação de um “eterno recomeço”, nas atividades realizadas nas escolas, o que acaba por comprometer tanto a reflexão sobre o PPP entre os pares, quanto sobre a reprodução de preconceitos.

As experiências das/dos colaboradoras(es) demonstram que as temporalidades vivenciadas na instituição escolar produzem hierarquias entre as(os) atores e atrizes que compõem esse espaço. Para Vaysse (1967) citado por Sodré (2019, p. 29) a Ciência

Moderna/Colonial, atravessa de forma violenta as relações sociais ao elaborar estratégias que buscam “Traçar limites, atribuir domínios e territórios” como forma de “articular o poder e o saber com temporalidade”, traçados que marcam indivíduos e coletividades, produzindo espaços homogeneizados, que destituem territorialidades culturais e o enraizamento do ser e dos saberes. Considerando essa perspectiva, é sempre importante interrogar, por que nem sempre é assegurada, nos PPP's, como nos currículos escolares, a abordagem de determinadas temáticas e, sobretudo, nos momentos destinados ao debate voltado para a educação.

Outro aspecto diz respeito ao lugar ocupado pelo PPP nas instituições representadas na pesquisa, em que se observou que não há um reconhecimento deste documento para a construção de práticas formativas e/ou dialógicas e, sobretudo, antirracistas, uma vez que ele fica “em segundo plano” nos diálogos realizados nas escolas, sem que haja um movimento de revisitá-lo para ajustes necessários. Diante desse impasse, hooks (2017, p. 174-175) afirma que:

A prática do diálogo é um dos meios mais simples com que nós, como professores, acadêmicos e pensadores críticos, podemos começar a cruzar as fronteiras, as barreiras, que podem ser ou não erguidas

pela raça, pelo gênero, pela classe social, pela reputação profissional e por um sem número de outras diferenças [...]. Se realmente queremos criar uma atmosfera cultural em que os preconceitos possam ser questionados e modificados, todos os atos de cruzar fronteiras devem ser válidos e legítimos. Isso não significa que não sejam sujeitos a críticas ou questionamentos críticos, ou que não haja muitas ocasiões em que a entrada dos poderosos nos territórios dos impotentes serve para perpetuar as estruturas existentes. Esse risco, em última análise, é menos ameaçador que o apego e o apoio contínuos aos sistemas de dominação existentes, particularmente na medida em que afetam o ensino, como ensinamos e o que ensinamos.

O PPP, pensado a partir de uma perspectiva coletiva, torna-se um dispositivo potente no que diz respeito ao cruzamento da fronteira daquelas(es) que foram colocadas(os) na margem pelo regime moderno/colonial de produção/relação com o conhecimento. Escutar a diversidade presente no espaço escolar é um compromisso que vai de encontro com o modo sistemático de apagamento dos discursos e experiências produzidos pelos povos subalternizados (KILOMBA, 2019).

Em conjunto, esses dados acabam por evidenciar desafios para a construção de um PPP antirracista na

escola, que dificultam o engajamento coletivo de professoras(es) e da comunidade na construção e apoio de iniciativas antirracistas, o que faz com que muitas vezes, sejam as(os) estudantes as(os) protagonistas de ações voltadas para a educação antirracista.

Em síntese, o PPP está presente na maioria das instituições, embora não seja o instrumento privilegiado no que diz respeito à orientação das práticas pedagógicas da instituição, bem como não é pensado para atender às demandas específicas da comunidade. A elaboração do documento também aparece vinculada a demandas específicas da SEDUC e não, necessariamente, ao contexto das instituições, o que ressalta a importância de uma regularidade no debate sobre o PPP e as questões que ele deve contemplar, de modo que seja um instrumento de diálogo e reflexão entre todas as pessoas envolvidas no processo educativo.

A construção de um PPP pensado a partir das “epistemologias da capoeira”: refletir sobre a mudança de paradigma a partir da celebração das corporeidades negras

Na segunda etapa, intitulada “Produção e troca de saberes a partir de epistemologias antirracistas”, buscou-se responder à pergunta “Quais saberes podem ser

construídos a partir da problematização dos PPP's? Nesse momento da pesquisa foram realizadas oficinas de formação, ministradas pela Profa. Dra. Kassandra Muniz e Profa. Ms. Luana Tolentino, que abordaram as epistemologias negras e seu diálogo com o PPP das instituições, a saber:

- Quais saberes podem ser construídos a partir das problematizações do PPP?

- Movimento Negro educador: pensando novas epistemologias;

- Linguagem, currículo e questões étnico-raciais;

- Epistemologia feminista negra e educação para o sensível: uma conversa entre Patricia Hill Collins e Muniz Sodré.

No âmbito do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Relações Étnico Raciais e Alteridade, foram apresentadas e debatidas as pesquisas realizadas por integrantes do comitê gestor, como a Profa. Dra. Cristina Carla Sacramento, a Profa. Ms. Áquila Bruno Miranda e Rosângela da Silva que dialogavam com a presença da população negra em livros didáticos; a violência de gênero, tendo em vista as mulheres negras e o mapeamento de estudos voltados para a educação das relações étnico-raciais no contexto de Contagem, MG. Além de palestra com o supervisor da pesquisa, Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento, intitulada "Encontrando

as epistemologias feministas desde abordagens africanas: a leitura de Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí.”

A formação e os diálogos foram fundamentais para mobilizar as(os) colaboradoras(es) para a proposta da pesquisa, uma vez que segundo hooks (2017), uma educação que se pretende libertadora exige o engajamento de todos os sujeitos envolvidos, haja vista que o espaço escolar é marcado por relações de poder que se manifestam em impossibilidades de pensar espaços que visem problematizar essas hierarquias tanto entre pares, quanto em relação às(aos) estudantes.

Na etapa anterior observou-se a necessidade de assegurar, no espaço escolar, momentos para que a equipe pedagógica possa criar estratégias para uma educação antirracista e que esta perspectiva deve constar no PPP. Desse modo, no segundo momento da pesquisa, os debates levantados a partir das intelectuais negras possibilitaram um espaço de formação, mas sobretudo, de troca de experiências e reconhecimentos dos lugares/relações ocupadas pelas(os) colaboradoras(es) na escola e comunidade. Considerando as questões levantadas, destacam-se as seguintes contribuições das(dos) colaboradoras(es) que foram sistematizadas em diálogo com as epistemologias antirracistas, aqui apresentadas como convite para as instituições escolares repensarem o PPP:

1) Reconhecer que o racismo é estrutural; sendo assim ele é um marcador estruturante das subjetividades, das relações sociais, do currículo e do PPP das escolas (CARNEIRO, 2011);

2) Compreender que “o racismo é uma violência que atinge toda a comunidade escolar”, tanto nas relações interpessoais, quanto em ações que reproduzem preconceitos e estereótipos. Nesse sentido, interrogar o PPP é repensar a constituição do aparelho educativo no que diz respeito ao epistemicídio e, ao mesmo tempo, viabilizar novas formas de expressão da negritude” (CARNEIRO, 2011; GOMES, 2017);

3) Afirmar o lugar da/do professora/professor enquanto ator político, contrapondo-se a posições que consideram as práticas pedagógicas antirracistas “mimimi demais” e/ou desnecessárias para o PPP da escola e o fazer docente (GOMES, 2017);

4) Considerar o PPP como um instrumento que assegura a implementação de uma educação antirracista, pautada na Lei 10.639/2003, especialmente no que diz respeito aos saberes sistematizados pela população negra e que deve ser o compromisso de todo agente público (GOMES, 2017);

5) “Revisitar e chacoalhar” as práticas escolares, não como lembranças, mas como possibilidade de uma educação como prática de liberdade (HOOKS, 2017);

6) Reafirmar “a importância de considerar o contexto e as experiências das(dos) estudantes para uma prática pedagógica significativa” (TOLENTINO, 2018);

7) Assumir um compromisso com as/os estudantes que “(...) entram, mas não permanecem (...)” a partir de um PPP antirracista que afirma a garantia de uma educação democrática, com a igualdade de oportunidades e com o respeito à diversidade, princípio necessário para o combate à evasão escolar (TOLENTINO, 2018);

8) Pensar a necessidade de construção de um currículo que considere as vozes e trajetórias das mulheres negras, em seu processo de desenvolvimento/construção de uma consciência coletiva e autodefinida que (re)existe frente às dinâmicas sociais de dominação e opressão (COLLINS, 2019);

9) Deslocar-se do modelo universalizante de conhecimento para uma posição na qual a educação antirracista se configure como um convite para interrogar saberes e hierarquias presentes no PPP (HOOKS, 2017, KILOMBA, 2019);

10) Romper com o conformismo da repetição e pensar “fagulhas criativas” para a elaboração de práticas antirracistas nas diversas áreas do conhecimento (DAVIS, 2016).

Em conjunto, os convites mobilizaram reflexões, por parte do Comitê Gestor da pesquisa e da SEDUC, que sinalizam para a necessidade de revisitar a própria Legislação que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que diz respeito à concepção de educação ali apresentada. Mais que isso: a reflexão deve buscar responder a qual prática social estão vinculadas as práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições escolares? O que se constata é que para haver uma efetiva inserção/implementação de novos saberes no PPP, é necessário um entendimento sobre a concepção de educação que orienta as práticas pedagógicas. Isso implica reconhecer a marginalização/exclusão de saberes e adotar posturas que contemplem um currículo que questiona a ordem eurocêntrica do conhecimento.

Para hooks (2017), o não comprometimento das instituições escolares com a abordagem dos saberes e trajetórias das(dos) estudantes negras(os) acarreta o seu silenciamento, bem como inviabiliza que seus territórios se constituam como espaços de aprendizagem. Desse modo, a construção de um PPP antirracista precisa considerar as diversas manifestações culturais, linguísticas, corporais e sociais de todas(os) aquelas(es) que participam do processo de ensino e aprendizagem.

Os elementos aqui abordados foram centrais para a realização da terceira etapa da pesquisa, intitulada “A

produção de práticas antirracistas nos territórios escolares”, cujo produto final é também apresentado no presente livro. Nele são apresentadas práticas pedagógicas antirracistas, elaboradas e/ou sugeridas pelas(os) colaboradoras(es). Essas práticas, bem como as análises aqui elencadas, resultam das reflexões de todo esse percurso formativo e dialógico que, diferentemente da pesquisa clássica, se atentou para o debate com as atrizes(atores) envolvidas(os) na pesquisa, promoveu a interação de todas(os) na elaboração e desenvolvimento das ações, considerando a sua reinserção na prática (DIONNE, 2007). Ademais, esse trabalho também é fruto de um esforço coletivo de contribuir para a efetiva implementação da Lei 10.639/2003, no contexto da rede educacional de Contagem (MG), que esperamos ver ampliada, na busca de uma sociedade mais justa e democrática.

A partir dos dados analisados, foi possível verificar a presença de vários questionamentos e inquietações dos(das) professores(as) colaboradores(as) acerca de seu fazer docente, suscitados pelos debates mediados por epistemologias antirracistas. As indagações sobre o modo pelo qual essas práticas antirracistas podem integrar o PPP, foi percebido como um interesse das(dos) participantes em materializar, em suas instituições, o que foi vivenciado nos encontros formativos. Em outras

palavras, foi possível observar o desejo de que o PPP não se restrinja a uma função protocolar, ou seja, que esteja limitado a um documento prescritivo, mas que seja compreendido como uma possibilidade de reflexão constante sobre novas epistemologias e práticas que orientam a fazer pedagógico das instituições. Esse desejo, em vários momentos, foi tensionado por desafios como a questão das temporalidades como um dificultador do processo de mobilização coletiva dos (das) docentes nas instituições onde atuam e a ausência de uma formação que acarretou o desconhecimento acerca das epistemologias e práticas antirracistas. Entretanto, foi possível verificar que, os diálogos mobilizados pelas epistemologias antirracistas e o percurso formativo/participativo que caracterizaram esta pesquisa, convocaram o grupo a romper com um modelo de educação excludente, e se comprometer com a busca de referências para a efetivação do que se espera de uma escola que considere os saberes da comunidade na elaboração de um PPP antirracista.